



Lara Rocha*
Judikael Castelo Branco**

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar o conceito de protototalitarismo e os elementos protototalitários presentes na atualidade de acordo com Hannah Arendt e Odílio Alves Aguiar. Após um exame inicial sobre a terminologia, será apresentada tanto uma leitura sobre o sentido do conceito quanto porque ele pode ser considerado não apenas sob um viés ético-político, mas, sobretudo, narracional. A seguir, algumas de suas principais características serão examinadas: a díade massificação-solidão, a mudança comunicacional introduzida na política pela propaganda e pelas ideologias e a burocratização da esfera pública.

Palavras-chave: Protototalitarismo. Protototalitário. Hannah Arendt. Odílio Alves Aguiar.

The protototalitarian elements of our world: reflecting on what we are doing in the company of Hannah Arendt and Odílio Alves Aguiar

ABSTRACT

This article aims to present the concept of protototalitarianism and the protototalitarian elements present today according to Hannah Arendt and Odílio Alves Aguiar. After an initial examination of the terminology, we will present both an interpretation of the meaning of the concept and why it can be considered not only from an ethical-political perspective, but above all from a narrative perspective. Next, some of its main characteristics will be examined: the massification-loneliness dyad, the communicational change introduced into politics by propaganda and ideologies, and the bureaucratization of the public sphere.

Keywords: Protototalitarianism. Protototalitarian. Hannah Arendt. Odílio Alves Aguiar.

Os elementos protototalitários de nosso mundo: pensar o que estamos fazendo na companhia de Hannah Arendt e Odílio Alves Aguiar

Introdução

No final do capítulo sobre o Imperialismo, em *Origens do totalitarismo*, Arendt vaticina que o advento dos governos totalitários é um fenômeno interno à civilização ocidental, na medida em que encontra o solo fértil para seu surgimento a partir de uma plêiade de eventos que vão desde o advento da esfera social até o uso antipolítico do desenvolvimento tecnocientífico característico do século XX, e que o “perigo é que uma civilização global possa produzir bárbaros em seu próprio seio por forçar milhões de pessoas a condições que, a despeito de todas as aparências, são condições de selvageria”, contexto em que “sem uma profissão, sem uma cidadania, sem uma opinião, sem uma ação pela qual se identifique e se especifique”, o que resta é sua “identidade absoluta e singular”, ou seja, a absoluta nudez de ser um mero ser humano (Arendt, 2011, p. 336). Tal intrinsecabilidade – que não pode ser confundida com um movimento necessário – faz com que as crises políticas, econômicas e sociais que estabelecem as molduras de nosso mundo tornem o totalitarismo um risco sempre presente, na medida em que muitos de seus elementos apontam tanto para o passado (na medida em que acompanham nossa experiência acerca do fenômeno político) quanto para o futuro, já que eles não apenas resistiram ao final dos regimes de Hitler e Stálin, mas ganharam fôlego novo com o desenvolvimento tecnológico, com o inchaço dos aparelhos burocráticos e com a agudização da massificação, da alienação e da solidão hodierna, mediada pelas pseudocomunidades digitais.

Percebendo esses riscos ainda na década de 1950, Arendt destaca que o mote para a escrita de *A condição humana é pensar o que estamos fazendo*. No entanto, esse imperativo se faz presente em toda a sua obra, *pari passu* em que a atualiza, justamente devido a permanência de alguns elementos totalitários em países democráticos. Os novos *ismos* que designam experiências de governos recentes, como o bolsonarismo no Brasil e o trumpismo nos Estados Unidos, o confirmam, ao passo em que modos atuais de estabelecer resistência a eles¹ corroboram a centralidade da ação para a política e que a reflexão sobre o que estamos fazendo nada perdeu de sua premência.

¹ Podem ser citados como exemplo a Campanha Nacional Fora Bolsonaro, que durante 2021 organizou 488 atos em todo Brasil e em 17 cidades de outros países, e o Movimento No Kings, que em 2025 coordenou a maior movimentação em um único dia da história estadunidense, que contou com 2600 eventos diferentes realizados em 50 estados.

A *anima* e o imperativo de *pensar o que estamos fazendo* também foi o catalisador das reflexões do pesquisador e professor Odílio Alves Aguiar, cuja “trajetória acadêmica registrada nos anais da história da filosofia política contemporânea” ganha destaque notável entre aqueles “que se aventuraram nas pesquisas desenvolvidas em torno do pensamento de Arendt [...] que foram se desenvolvendo por todo território brasileiro”. Para Oliveira (2025, p. 138), isso o chancela a ser considerado um dos *pais fundadores* das pesquisas no Brasil que fazem de Arendt uma companhia primordial. Assim, dos mais de cem textos publicados entre artigos, resenhas, livros e capítulos de livros, participações em anais de eventos, além de textos em jornais e revistas (com destaque para os textos do *Jornal O Povo* e na *Revista Cult*), depreende-se a prevalência da companhia da autora para compreender o nosso mundo – como um *outro eu* aristotélico, uma companhia na reconciliação com esse espaço de coexistência –, o que provém do duplo desafio de: 1) refletir sobre as consequências de nossas ações, inações e temores mais recentes, já que o efetivo enfrentamento de nossos problemas impõe o desafio de compreendê-los, e 2) a urgência dessa reflexão é colocada às claras na medida em que compreendemos que parte dos elementos que alicerçam nossas instituições guardam semelhanças com a forma de governar da Alemanha entre 1938 e 1945 e da União Soviética entre 1930 e 1953. Nesses termos, ainda que não se trate da mesma forma de governo, são destacados os seus elementos comuns: estes predicados de continuidade foram designados por Aguiar (2008) como *características protototalitárias* inerentes às sociedades contemporâneas.

Frente ao exposto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a conceitualização de protototalitarismo, o que será feito mediante as características protototalitárias examinadas por Aguiar (2008, p. 76), as assumindo como “elementos constitutivos da noção de totalitarismo em Arendt” e que se mantiveram com o fim desses regimes, expandindo-se até a atualidade: a burocratização da política, o uso maciço da propaganda e seu léxico na cena pública e a díade massificação-solidão².

² Estamos cientes de estudos que examinaram o protototalitarismo sob outras leituras: o texto Robert C. Tucker, “The question of totalitarianism”, e o livro *Proto-totalitarian State*, de Dimitri Shlapentokh, por exemplo, destacam a presença de tendências totalitárias desde a Antiguidade (notadamente Oriental), para o primeiro, e nos regimes absolutistas a partir do século XV-XVIII, para o segundo. Trata-se, em ambos os casos, da análise sobre formas embrionárias de predicados totalitários, ou o exame dos eventos políticos e das ideias que influenciaram diretamente o advento do totalitarismo, com o objetivo de perceber de que modo esses predecessores teriam sido gradativamente desenvolvidos até serem

O protototalitarismo

Ainda que a preocupação com a permanência de alguns dos elementos que tornaram o totalitarismo possível seja uma marca das publicações de Aguiar desde o final da década de 1990³, foi no artigo “A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt”, de 2008, que o termo *protototalitário* foi cunhado, no contexto de suas reflexões sobre “a relação entre natureza e política, com ênfase nos processos de naturalização da vida humana na filosofia política contemporânea” (Aguiar, 2008, p. 73). A exposição da feição naturalista dos governos totalitários, foco principal do estudo de Aguiar, é locupletada pelas experiências advindas da massificação, da propaganda, da ideologia, da solidão, do terror e dos campos de concentração, distintivo das experiências antipolíticas totais. É nesse sentido que:

Elencar essas características é mais do que simplesmente descrever, é fazer uma espécie de compreensão do presente. É mostrar que as nossas atuais sociedades estão extremamente marcadas por *características protototalitárias*. As novas determinações da política nascidas com o totalitarismo alteraram profundamente o poder. Os termos usados por Arendt podem não ser os mesmos empregados hoje. Contudo, a impressão retida é que suas ideias captaram o nascimento das mudanças que estão em pleno vigor nos dias atuais (Aguiar, 2008, p. 86, grifo nosso).

A fim de entender o que Aguiar descreve como *características protototalitárias* é mandatório mencionar a etimologia do termo: *proto* acena para *aquilo que vem primeiro*, ou a fase inicial de algo. De acordo com Venancio (2017), o prefixo é derivado do grego πρώτος, que, por sua vez, é superlativo de πρῶ, que podem ser respectivamente entendidos como *primeiro* e *antes*. No *Dicionário Grego-Português*, Pereira (1951) destaca ainda outros usos: 1) como adjetivo, descreve aquilo que é dianteiro, primitivo, anterior; 2) enquanto substantivo, designa o começo de algo. Desse uso deriva-se a utilização de *proto* como o código hipotético-ancestral de uma língua, como ocorre, por exemplo, na designação das línguas proto-indo-europeias, ou de proto-história, enquanto uma fase de transição da pré-história – mormente no

usados com eficácia no século XX. No entanto, a leitura do presente artigo se aproxima da proposta de Odílio Alves Aguiar, já que se dedica à compreensão das condições de possibilidade dos elementos totalitários mesmo após o fim desses regimes.

³ Exemplo disso são as publicações oriundas de participações em Congresso, “Pensamento político de Hannah Arendt”, de 1998, “Ética e singularização”, de 1999, nos artigos “A experiência totalitária em Hannah Arendt” e “Veracidade e propaganda”, publicados em 1999 e 2007, respectivamente, e no livro *Filosofia e política em Hannah Arendt*, de 2001.

que concerne às civilizações que não dispunham de códigos escritos – para a história – ou seja, quando foram iniciados os primeiros registros nas civilizações antigas.

Entendendo que uma escolha terminológica jamais é neutra, porquanto afirma um tipo de tomada de posição frente ao fenômeno investigado e em prol de sua compreensão, o protototalitarismo descrito por Aguiar pode ser entendido como o estado de coisas no qual se notabiliza a existência de diversos elementos totalitários incrustados em governos não-totalitários, de modo que caso esses predicados não sejam combatidos, possuem o potencial de lançar as bases para experiências totalitárias propriamente ditas. Com isso, o protototalitarismo e suas características acenam para a proximidade de nossas instituições com relação ao fenômeno totalitário e para a cristalização de elementos antipolíticos do mundo moderno que foram amplamente usados pelos regimes totalitários e que, com a espetacularização, midiaticização e ciberneticização de nossos tempos, ganharam fôlego novo e um potencial ainda mais devastador.

Prima facie, essa constatação é estimulada pelas leituras das letras arendtianas e dos múltiplos textos em que seu temor por essas semelhanças vem à tona, como o final tão conhecido de *Origens do totalitarismo*, quando a autora constata que “a crise de nosso tempo e a sua principal experiência deram origem a uma forma inteiramente nova de governo que, como potencialidade e risco sempre presente, tende infelizmente a ficar conosco de agora em diante” (Arendt, 2011, p. 531), ou nos textos sobre Lessing e no prefácio de *Einleitung: der Sinn von Politik*, quando Arendt descreve que o mundo sob o qual nos movemos se situa “em meio a um monte de entulhos” (2008, p. 18) que fazem com que a pergunta sobre um possível sentido para a política atual surja “de experiências muito reais [...], pelo desastre que a política já provocou e pelo desastre ainda maior que dela ameaça resultar” (1993, p. 117). Examinar o protototalitarismo é, portanto, se situar nessas múltiplas frentes que nos rondam a soleira.

Por fim, a utilização do conceito de *protototalitarismo*, tal como concebido por Aguiar (2008), é viabilizada também pelo fato de que o totalitarismo em Arendt deve ser lido não apenas como uma categoria ético-política, mas, sobretudo, narracional, e portanto, vinculada à experiência. Nesse tipo de reflexão não cabe buscar processos necessários e causas únicas ou simplesmente descrever os fatos, mas partir dos próprios eventos e suas tipologias para encontrar as iluminações que viabilizam a

compreensão. É uma espécie de exercício de pensamento para o qual o que importa não é “reprodução, o espelhamento descritivo do que ocorreu, mas a fidelidade total às experiências geradoras dos pensamentos” (Aguiar, 2008, p. 74). Assim:

A perspectiva narrativa escolhida por Arendt põe-se entre o objetivismo redutor de tudo ao econômico e o subjetivismo explicador da história a partir da perspectiva moral, cultural e lingüística. São narrativas que tentam alcançar o paradoxo e o paroxismo da situação contemporânea: o alto desenvolvimento da capacidade humana de dominar e controlar a realidade e o perigo da aplicação dessa potência ao universo humano, tais como a crise da autoridade, o fim da política, a redução da palavra a signo, a devastação da natureza, a solidão, o medo, a violência, a purificação e o extermínio humano, entre outras tendências do nosso tempo.

Trata-se, ao fim e ao cabo, daquilo que Aguiar (2003) considerou como a metáfora do filosofar – já que uma teoria voltada para a experiência e dialogando com a verdade factual se afasta de uma tradição de pensamento filosófico que tomou os conceitos como construtos abstratos, pressupostos universais e estanques que justamente por seu afã pela absolutização foram considerados por Arendt (2006) “tirânicos *by definition*” – e do que Castelo Branco (2023) sobreleva quando retrata o filósofo como o contador de histórias, uma espécie de guardião da verdade dos fatos que, mediante a verve conceitual de seu pensamento narracional – em certa medida facilitado pela sua constatação de que a própria atividade de pensar consiste em contar para si mesmo uma história – se habilita para dizer o indizível e tentar compreender o múltiplo e o inefável. É nesse sentido que uma categoria narracional ético-política como a de protototalitarismo consegue auxiliar os interessados em uma reflexão que não se esgota na pura lógica ou nas muletas provenientes de sistemas a pensar sem corrimões, ou seja, sem acatar irrefletidamente aos discursos (inclusive filosóficos) tal como nos são legados, mas, sobretudo, com o impulso de dialogar com a realidade, por mais inaudita que seja. “Trata-se de um pensamento à procura, nos trágicos eventos da primeira metade do século XX, de algum sentido capaz de iluminá-los” (Aguiar, 2008, p. 74-75)

As características protototalitárias: uma leitura mediada por Arendt e Aguiar

O primeiro elemento descrito por Aguiar (2008) como protototalitário é o par-conceitual *massificação-solidão*. Partindo de uma leitura similar à de Arendt, o autor

considera a primeira como o resultado da ascensão e decadência da burguesia e de sua influência na política: trata-se de uma turba de indivíduos obedientes com tendência a “preferir uma sociedade bem ordenada e essencialmente privatizada, pois ela tanto os absorve das obrigações públicas como lhes assegura a paz e a tranquilidade necessárias” (Parekh, 1981, p. 16). A massa é formada, portanto, por multidões amorfas e despersonalizadas, cuja indiferença inicial pela política foi – e permanece sendo – transformada pelos movimentos de massa como partes constituintes da força intrínseca às suas dinâmicas, desfazendo duas ilusões muito difundidas nos países democráticos até meados do século XX: 1) Que o povo participa do governo porquanto todo indivíduo sempre simpatiza com um determinado partido: ao contrário, o sucesso totalitário e protototalitário com as massas demonstra que a maioria dos países democráticos é formada justamente por essa turba; 2) Que as massas seriam neutras em termos de política: contrariamente, sua inação, que conforma uma “silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, nas instituições e organizações visíveis do país” (Arendt, 2011, p. 362), pode ser articulada e convertida em uma atuação violenta caso seu princípio de comportamento seja ditado pela ideologia, mais facilmente difundida em contextos de terror, miséria, desigualdade e burocratização das instituições públicas⁴.

Nada perdeu de sua atualidade a descrição das massas contida em *Origens do totalitarismo*:

Os movimentos totalitários [assim como os protototalitários] são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum [...]. Potencialmente as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas [...] que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder do voto. Em sua ascensão, tanto o movimento nazista quanto os movimentos comunistas depois de 1930 recrutaram os seus membros dentre essa massa de pessoas aparentemente indiferentes, que todos os outros partidos haviam abandonado por lhes parecerem demasiado apáticas ou

⁴ Essas discursões são também apontadas por Thiago Dias da Silva em “Hannah Arendt e o ativismo dos indiferentes do bolsionarismo”, publicado pela *Revista Cult*. Na ocasião, Silva retrata o contexto de politização moralizadora dos indivíduos que anteriormente eram social e politicamente indiferentes. Nesse processo de politização dos indiferentes, abre-se o precedente para a intolerância à diferença na política e no convívio social.

estúpidas para lhes merecerem atenção (Arendt, 2011, p. 361-362, grifo nosso).

As massas são formadas por indivíduos predominantemente voltados para a sua privacidade e para a manutenção do seu próprio ciclo vital: *animais laborans* desconectados de sua capacidade de empreender o novo e predominantemente focados em comportarem-se de acordo com as regras do trabalho e da sociedade, alienados com relação ao mundo, aos outros e a si mesmos. Com relação ao autoalheamento, na gramática arendtiana, ele se torna possível sempre que os indivíduos deixam de seguir a “exigência de atenção do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera existência” (Arendt, 2014, p. 19). Abdicar do tribunal sem som – mas jamais silencioso – de mim comigo mesmo, em que tudo que atravessa os meus sentidos e que decorre das experiências passa pelo crivo do debate interior, não é estupidez (lida como uma inabilidade para a compreensão), mas vai contra o impulso intrinsecamente humano de refletir sobre o que acontece e de encontrar significado para tais eventos. Dito de outro modo, se a “necessidade urgente de pensar” (Arendt, 2014, p. 30) – a necessidade da razão kantiana – nos distingue de outras espécies, ao passo em que nos humaniza, abrir mão dela equivale a renúncia da compreensão, da possibilidade de se sentir em casa no mundo (já que não é possível se sentir confortável em um espaço completamente desconhecido) e de assumir responsabilidade por ele.

É nesse sentido que Aguiar e Reinaldo (2024) argumentam que a vitória do *animal laborans* e do automatismo da sociedade massificada, composta por uma turba predominantemente solitária, inviabiliza a dignidade humana *pari passu* em que deturpa todas as atividades da própria condição humana, já que faz com que elas tenham a mera “função de reproduzir, aperfeiçoar e manter os procedimentos técnicos e laborativos” (Aguiar; Reinaldo, 2024, p. 8), imperativo universalizado com o fortalecimento da téttrade *economia-industrialização-trabalho-tecnologia*. O que daí resulta não é o incremento das possibilidades de cuidado com o mundo ou a humanização de nossa humanidade, mas a dominação e o ocaso de atividades como a ação e o pensamento, que necessitam de outros para fazer sentido.

O exame sobre o homem de massa, desimportante e dispensável, direciona Aguiar (2009, p. 79) a identificar outro elemento protototalitário: trata-se da “centralidade da propaganda como forma de comunicação política”, que, por sua vez,

é potencializada pela atração das multidões pelas explicações científicas e pseudocientíficas e pela força da ideologia, os elos mais baixos a vincular homens e mulheres que não se unem por interesses comuns ou pelo impulso de compartilhar suas percepções sobre o mundo. Com relação à última, frequentemente descrita por Arendt como os *ismos* e definida como a lógica de uma ideia, seu objetivo é fornecer explicações totais sobre os eventos, o que inclui suas possíveis causas “ocultas”, o que ocorre via argumentação autopropelida que amiúde recorre às mentiras organizadas. Frequentemente revestida de uma linguagem científica, visa a dominação das massas, tornando desnecessária a reflexão, a ação e o discurso, já que nela a experiência e a contingência são substituídas pela “tirania da ficção, o argumento compulsivo, autopropelido, inquestionável, ‘objetivo’ [...]. Nada de humano, de ‘subjetivo’, de mortal” (Aguiar, 2003, p. 109).

Acerca das ideologias, cabe ressaltar que elas “metamorfoseiam ação em comportamento e bios em zoe, a vida nua” (Rensmann, 2014, p. 90), o que, ao passo em que confirma a tese de Aguiar (2008) de que o protototalitarismo remonta à redução biologizante da existência humana, reafirma sua posição como um elemento protototalitário. Em linha com essa argumentação, destaca-se o exame de Rocha e Castelo Branco (2022, p. 183), para quem:

A ideologia é a argumentação que justifica quaisquer códigos e explicações que se pretendam totais. Sem seus incrementos, não seria concebível que um grande contingente de indivíduos compartilhasse – e reproduzisse – as mesmas opiniões. Sua irrupção na cena pública não é um fato isolado; ao contrário, ela tende a prosperar em um contexto de dissolução da política, de desarraigamento do mundo (e, com ele, da frustração dos indivíduos por sentirem-se incapazes de agir) e de desgaste das instituições públicas, que não conseguem mais assegurar aos indivíduos as condições favoráveis à participação efetiva na política. Na ausência de interesses comuns e ansiando sentirem-se incluídos, os indivíduos substituem a pluralidade de vozes do *sensus communis* pela uniformidade ideológica.

Tal leitura se coaduna com a análise de Aguiar (2008; 2021), para quem o sucesso da propaganda se ancora na laborização da sociedade – ou seja, sua organização a partir do trabalho e dos seus processos –, que traz como consequência imediata a redução dos indivíduos a meros seres biológicos⁵. No decaimento das

⁵ “A publicidade lida com os homens como meros seres vivos, isto é, ela segue o princípio da manipulabilidade dos homens colocado em voga pela psicologia behaviorista na primeira metade do século XX. A publicidade não enseja formar uma opinião, mas provocar um comportamento, gerar uma atuação. Esse é o ponto axial para Arendt em *Origens do Totalitarismo*. Subjaz à propaganda tanto

demais atividades que compõem tanto a vida ativa quanto a vida do espírito, a capacidade de consumir se torna a pedra de toque, movimentando o ciclo contínuo que envolve a díade trabalho-consumo. Com efeito, este último “passou a ser, nas sociedades contemporâneas, a medida da autoestima, da felicidade, da realização e do sucesso. É nesse tipo de sociedade que a publicidade comercial passou a desempenhar importância capital não só para a economia, mas também para a política” (Aguiar, 2008, p. 9).

Ao ser introduzida na cena pública, a propaganda – e a ficção e a coerção, seus constituintes de destaque – coloca em risco a legitimidade dessa esfera: se para a convivência entre os homens a confiança é indispensável, ao recorrer com frequência às ficções, ela potencialmente dilui os marcos de confiabilidade existentes, seja com relação à própria política, seja no que tange ao convívio com os demais. Ademais, como seu discurso ficcional prima pela coerência – que em parte alguma existe na realidade –, com voracidade suas mentiras passam a influenciar de modo direto na organização da sociedade, demonstrando que a propaganda “toma o lugar da veracidade como forma de asseverar e estabilizar as relações entre os homens” (Aguiar, 2008, p. 9). Sem a estabilidade da verdade, o mundo que é tecido pelas relações humanas e pela sua habilidade de agir, de dizer o que é, de pensar e de julgar, fica comprometido. Nesse contexto, a esfera pública é reduzida a um “teatro de conjecturas, imaginação e fantasia no qual os atores, os políticos, têm que apresentar a melhor imagem [...], mentindo como uma ação comercial” (Nnamdi, 2019, p. 20).

Assim sendo, “a propaganda elevada a nível governamental é a antítese da política, já que enquanto a última se origina na opinião, na deliberação e na participação, a primeira se robustece em condições de sigilo, de alheamento e de invisibilidade”, trazendo para a esfera que deveria ser do comum os imperativos do consumo, como a criação de imagens para venda, a sedução de mercados e o controle metrificado de comportamentos. “Para uma política baseada puramente em imagens e na força de sua persuasividade propagandística, tudo pode se tornar o que não é e, como tal, nada permanece o tempo suficiente para ser imortalizado [...]. Se nada permanece, conseqüentemente, não se pode confiar em nada” (Rocha, 2025, p. 296-297).

política quanto comercial a idéia de que as massas podem ser conquistadas, dominadas e conduzidas e, por isso, toda e qualquer propaganda tem um traço de coerção” (Aguiar, 2008, p. 79).

Por fim, o exame de Aguiar (2008) acerca do protototalitarismo se volta para a organização totalitária, notadamente burocrática. Sob o modelo metafórico da casca da cebola, cuja justaposição de camadas acena para a graduação da militância e do funcionalismo e aponta para a inexistência de uma organização monolítica e estaticamente estruturada, esse elemento demonstra que se por um lado a organização do Estado totalitário e a consecução de seus crimes somente foram possíveis por estar mediadas por agências baseadas na especialização de funções enquanto “ferramenta instrumental para o poder ilegítimo” (Barbi, 2018, p. 28), na multiplicação de cargos e na hierarquia “descontrolada, liberta da lei e intocável para o ser humano comum, à semelhança de uma máquina automática” (Feingold, 1980, p. 49), por outro, tais instituições coexistiam com um sistema disfuncional que “ao ambicionar a criação de uma humanidade artificial hermeticamente ajustada aos ditames da ideologia, esqueceu-se que o mais terrível modelo de governo ainda é exercido por homens e, como tal, permanentemente aberto ao inesperado – positiva ou negativamente – que deles pode irromper” (Rocha; Aguiar, 2024, p. 139-140).

A especificidade desse modelo organizacional consiste na adoção de uma hierarquia flutuante, capaz de absorver continuamente novos estratos ao regime sem acarretar encargos adicionais à preservação de sua estrutura. Tal arranjo revela-se particularmente eficaz na contenção das possibilidades de que seus integrantes tenham acesso a experiências vinculadas a um mundo não totalitário. No contexto desse permanente estado de movimento e de difusão de responsabilidades, verifica-se uma relação inversamente proporcional entre visibilidade institucional e exercício do poder: quanto mais ostensiva uma instância, menor é sua capacidade de comando; inversamente, quanto mais opaca, inacessível e central for uma camada, maior será a concentração de autoridade e de atribuições que lhe são conferidas. Nesse sentido, “o verdadeiro poder começa onde o segredo também começa” (Arendt, 2011, p. 453). Tal tipologia organizacional contribuiu para a alteração do modo tradicional de compreender a lei e o poder: enquanto a primeira deixou de dizer respeito a um *consensus juris* e passou a ser as normativas provenientes da História ou da Natureza (traduzidas pela vontade do Líder), o “poder começa onde o segredo se estabelece”, de tal modo que ele se coloca “a serviço da aceleração implacável da seleção natural ou histórica” (Aguiar, 2008, p. 82).

Enquanto no centro da cebola se situa o Líder, que além de ser chefe de estado e de governo, é o representante das leis sobre-humanas que mantêm o regime em movimento, cabendo ainda a ele “estabelecer o mundo fictício do movimento como realidade operante [...] e, por outro lado, evitar que esse mundo adquira estabilidade, pois a estabilização de suas leis e instituições certamente liquidaria o próprio movimento” (Arendt, 2011, p. 441), as demais camadas, compostas por associações e organizações profissionais e sociais, acrescida da burocracia dos ministérios, do exército e do partido, se diferenciam dos estratos piramidais autoritários porque “desempenham o papel de mundo exterior normal para um nível e o papel de extremismo radical para outro” (Arendt, 2016, p. 136).

Porém, se a burocracia é um elemento protototalitário, implica assentir que ela permaneceu após o fim dos regimes totais. Dessa feita, a centralidade do Líder e a relevância de instituições tipicamente totalitárias como a SS deram lugar a um novo modelo burocrático (igualmente híbrido e que valoriza o sigilo e o anonimato), porém, sob as figuras dos assessores de mentalidade científica que ocupam os ministérios, as secretarias, as assessorias das instituições públicas e privadas. Sobre eles, o diagnóstico de Arendt em *Sobre a violência* é marcado pela temeridade: “[...] nada pode ser mais assustador do que o constante crescimento do prestígio dos assessores de mentalidade científica nos conselhos dos governos nas últimas décadas. O problema não é que eles tenham sangue-frio para “pensar o impensável”, mas sim que eles não pensem” (Arendt, 2011b, p. 21).⁶ Ao fim e ao cabo, o advento de uma mentalidade científica na política, via burocracia enquanto elemento protototalitário, implica o “renascimento [...] de nossos medos mais comuns de que as armas científicas possam destruir toda a vida, de que a tecnologia desfigure crescentemente os homens, assim como ela já corrompeu a terra e obscureceu o céu” (Arendt, 2011b, p. 115).

A emergência da mentalidade científica no âmbito político, revelada pela burocracia enquanto elemento protototalitário, fundamenta-se no fato de que a ciência, por sua própria natureza, examina o homem, e não os homens, evidenciando

⁶ Algumas páginas adiante, a autora explica o pano de fundo que subjaz a esse receio pelo não-pensar: “Temo que por trás das mais recentes descobertas esteja a mais velha definição do homem como animal rationale, de acordo com a qual nos distinguimos em nada além do atributo adicional da razão. A ciência moderna [...] foi longe em provar que os homens compartilham todas as outras propriedades com algumas espécies do reino animal – exceto que o dom adicional da razão torna-o uma fera mais perigosa. É o uso da razão que nos torna perigosamente irracionais” (Arendt, 2011b, p. 80).

seu caráter a-político. Porquanto o sentido político ou antipolítico da ciência depende do uso que se faça de seus incrementos, ao focalizar o homem no singular, coloca-se a política sob a perspectiva de seu oposto; tal mudança de ponto de referência evidencia as divergências fundamentais entre a mentalidade científica, que em sua máxima expressão tende à esterilidade política, e a perspectiva intrínseca à esfera pública: enquanto a ciência tem como objeto o homem, a política tem como sujeitos os homens. Desse modo, formas de governo antipolíticas encontram consonância na prevalência de uma mentalidade científica, ao invés de na consolidação da esfera política.

Os riscos decorrentes da burocratização governamental, combinados com a introdução de uma mentalidade científica como parâmetro apolítico na política, apontam para a despolitização do domínio público. Mesmo em regimes democráticos, a burocracia opera segundo o *modus operandi* da delegação de decisões a especialistas, cabendo aos governantes unicamente a validação final dos processos decisórios. Conseqüentemente, decisões que impactam diretamente a vida cotidiana dos cidadãos não recebem a legitimação efetiva destes, visto que, em sistemas representativos, a legitimidade se restringe ao voto em representantes específicos, e não em suas equipes técnicas de assessoria. Assim, embora exista legitimidade jurídica — na medida em que representantes eleitos possuem o direito de selecionar seus assessores —, não se verifica legitimidade política plena, uma vez que a redução da política à expertise dos assessores burocratas de mentalidade científica da atualidade exclui da deliberação a maioria da população, composta por não especialistas. Conforme enfatiza Barbi (2018, p. 93), “o cerne da questão é que a despolitização da política derivada da expertise não se baseia nos conteúdos reais da expertise em si, mas na autonomização da expertise, que delimita a política como se produzisse verdades absolutas”, provenientes das análises e pareceres técnicos elaborados pelos funcionários peritos.

Considerações finais

São cada vez mais comum os debates – midiáticos e acadêmicos – e a publicação de textos cujo mote é a fragilidade das democracias atuais. Apesar das diferenças, muitos deles apontam elementos comuns a esse enfraquecimento:

redução da participação efetiva dos cidadãos, potencialização dos radicalismos e dos discursos de ódio, contrastada por uma costumeira falta de interesse pelas questões verdadeiramente políticas, somados aos problemas advindos de nosso estatuto tecnocientífico, como as *fake news* e o uso frequentemente antipolítico das mídias digitais.

Em linguagem arendtiana, esses predicados encontram sucedâneo em conceitualizações como burocratização, massificação, propaganda e ideologia. Ainda que apresentados em seu *corpus* teórico como elementos que ao se cristalizar (somados a outros, como o terror e os campos de concentração), tornaram o totalitarismo possível, eles também são apontados pela autora como características intrínsecas ao mundo pós-1945.

Seguindo essa leitura, o pesquisador e professor Odílio Alves Aguiar, motivado pela urgência posta por tal continuidade e pelo imperativo de conferir lugar de destaque para a política em seus textos, apresentou exames acerca do que denominou como *características protototalitárias*, que inauguram um movimento de continuidade que podemos chamar de protototalitarismo. Concebido como o estado de coisas caracterizado pela presença de múltiplos elementos de natureza totalitária incrustados, inclusive, em governos não totalitários (de modo que caso esses predicados não sejam combatidos, detêm o potencial de estabelecer as bases para a emergência de experiências propriamente totalitárias), as suas principais características acenam para a biologização da existência humana: as díades *massificação-solidão* e *propaganda-ideologia*, somadas à burocracia, colaboram para a diluição da esfera pública e, com ela, a impossibilidade de efetiva participação dos homens e mulheres nos processos de tomada de decisão política.

Todos esses elementos são familiares à nossa experiência mais recente sobre a política, o que torna seu exame de uma atroz atualidade. Porquanto eles “parecem-nos decididamente estranhos e estranhamente próximos” (Chapoutot, 2023, p. 9), os seus riscos nos são contemporâneos. Assim, ainda que mantenhamos a convicção de que “as capacidades humanas que provêm da condição humana [...] não podem ser irremediavelmente perdidas” (Arendt, 2016, p. 7), por outro lado, o que fica é a constatação de que os elementos protototalitários analisados “não voltaram para o mundo subterrâneo de onde vieram” (Sampaio, 2025, p. 298). Ao contrário, ocupam

as salas dos ministérios, os birôs dos assessores, os espaços que os cidadãos comuns não conseguem acessar.

Referências

AGUIAR, O. A. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. **Doispontos**, Curitiba, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 73-88, 2008.

AGUIAR, O. Pensamento e narração em Hannah Arendt. *In*: MORAES, E.; BIGNOTTO, N. (Orgs.). **Hannah Arendt**. Diálogo, reflexões, memórias. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 215-226.

AGUIAR, O. A. Política e finitude em Hannah Arendt. *In*: AGUIAR, O. A.; OLIVEIRA, M.; SAHD, L. F. N. de A e S. **Filosofia política contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 103-122.

AGUIAR, O. A. Rastreado a biopolítica em Hannah Arendt. **Kairós: Revista Acadêmica da Prainha**. Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 110-121, 2021.

AGUIAR, O. A.; REINALDO, F. J. O. Trabalho e condição humana. **Revista Illuminus**, São Luiz, v. 1, n. 1, p. 1-12, jan./jun. 2024.

ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016b.

ARENDT, H. **A dignidade da política**. Trad. Helena Martins et. al. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1993.

ARENDT, H. **A vida do espírito**. Trad. Cesar Augusto de Almeida, Antônio Abranches e Helena Martins. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ARENDT, H. **Diários Filosóficos**. Trad. Raúl Gabás. Barcelona: Herder Editorial, 2006.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

BARBI, G. N. The depoliticization of the political: an arendtian account of expertise in politics. **Raisons Politiques**, Paris, v. 70, n. 2, 2018, p. 75-96.

CASTELO BRANCO, J. A verdade factual e o contador de estórias em Hannah Arendt: reflexões sobre a ação política do filósofo. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza, ano 15, n. 30, p. 54-68, jul./dez. 2023.

CHAPOUTOT, J. **Livres para obedecer**. A gestão, do nazismo aos nossos dias. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2023.

FEINGOLD, H. The bureaucrat as a mass killer: Arendt on Eichmann. **Response: a contemporary Jewish review**, Londres, v. XII, n. 3, 1980.

MACHADO, L. B. Ideologia e algoritmos: uma análise a partir do conceito de ideologia em Arendt. **Logos & Culturas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 61-80, 2021.

NNAMDI, B. S. Hannah Arendt on lying in politics: a philosophical perspective. **International Journal of Public Administration and Management Research**, Nottingham, v. 5, n. 1, mar./2019, p. 13-22.

OLIVEIRA, J. L. de. Uma *laudatio* a Odílio Alves Aguiar: pai fundador [*founding father*] do pensamento arendtiano no Brasil. In: SILVA, E. de O.; COSTESKI, E.; SAMPAIO, E. S. P.; SAHD, L. F. N. de A. e S. **Ética, política, república e liberdade**. Escritos em homenagem a Odílio Alves Aguiar. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2024. p. 135-154.

PAREKH, B. **Hannah Arendt and the search for a new political philosophy**. London: Macmillan Press, 1981.

PEREIRA, I. **Dicionário Grego-Português e Português-Grego**. Porto: Apostolado da Imprensa, 1951.

RENSMANN, L. Totalitarianism and evil. In: HAYDEN, P. **Hannah Arendt**. Key concepts. New York: Routledge, 2014.

ROCHA, L. **A burocracia segundo Hannah Arendt**. 2025. 381 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2025.

ROCHA, L.; AGUIAR, O. A. O assassino burocrata (desk murderer) e o homem subalterno: reflexões a partir do ensaio “Auschwitz em julgamento”. **Argumentos Revista de Filosofia**, Fortaleza. Ano 16, n. 31, jan./jun. 2024, p. 128-144.

ROCHA, L.; CASTELO BRANCO, J. Reflexões sobre o conceito de ideologia em Hannah Arendt. **Pescadora de perlas. Revista de estudos arendtianos**, v. 1, n. 1, p. 178-204, 2022.

SAMPAIO, E. S. P. Odílio Aguiar e a filosofia. In: SILVA, E. de O.; COSTESKI, E.; SAMPAIO, E. S. P.; SAHD, L. F. N. de A. e S. **Ética, política, república e liberdade**.

Escritos em homenagem a Odílio Alves Aguiar. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 2024. p. 279-299.

SILVA, T. D. da. Hannah Arendt e o ativismo dos indiferentes do bolsonarismo.

Revista Cult, 2 de abril de 2019. Disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/hannah-arendt-bolsonarismo/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SHLAPENTOKH, D. **The proto-totalitarian State**: punishment and control in Absolutist Regimes. New York: Routledge, 2017.

TUCKER, R. C. The question of totalitarianism. **Slavic Review**, v. 20, n. 3, p. 377-382, 1961.

VENANCIO, R. F. D. Protomassificações: O início do conceito comunicacional de massificação na Grécia Antiga. **E-compós**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 1-20mai./ago. 2017.

Recebido: 20/11/2025
Aprovado: 12/12/2025